

LEI Nº 1.863, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ PARA
O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.**

LEOCIR WEISS, Prefeito Municipal de Porto Mauá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores de Porto Mauá aprovou e eu, com amparo na **Lei Orgânica** do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****Seção I
Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 30.534.490,00 (trinta milhões quinhentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa reais).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL
---------------	---------------	-----------------	---------------------	-------

1 - RECEITAS CORRENTES	1.0.0.0.00.0.0	26.084.850,00	7.013.540,00	33.098.390,00
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	1.1.0.0.00.0.0	1.648.350,00	12.000,00	1.660.350,00
Receita de Contribuições	1.2.0.0.00.0.0	0,00	739.000,00	739.000,00
Receita Patrimonial	1.3.0.0.00.0.0	443.500,00	2.235.700,00	2.679.200,00
Receita Agropecuária	1.4.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	1.5.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.6.0.0.00.0.0	1.161.000,00	0,00	1.161.000,00
Transferências Correntes	1.7.0.0.00.0.0	22.829.000,00	3.881.840,00	26.710.840,00
Outras Receitas Correntes	1.9.0.0.00.0.0	3.000,00	145.000,00	148.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.0.0.0.00.0.0	0,00	189.000,00	189.000,00
Operações de Crédito Internas	2.1.1.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	2.1.2.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	2.2.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	2.3.0.0.00.0.0	0,00	189.000,00	189.000,00
Transferências de Capital	2.4.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2.9.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	7.0.0.0.00.0.0	0,00	1.451.000,00	1.451.000,00
Receita de Contribuições - Intraorç.	7.2.0.0.00.0.0	0,00	1.451.000,00	1.451.000,00
Receita Patrimonial - Intraorç.	7.3.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes - Intraorç.	7.X.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00

8 - RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	8.0.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens - Intraorç.	8.2.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos - Intraorç.	8.3.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital - Intraorç.	8.X.0.0.00.0.0	0,00	0,00	0,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	(-)	4.203.900,00	0,00	4.203.900,00
....				
TOTAL		21.880.950,00	8.653.540,00	30.534.490,00

Seção II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 30.534.490,00 (trinta milhões quinhentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e noventa reais), sendo:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 25.114.290,00 (vinte e cinco milhões cento e quatorze mil e duzentos e noventa reais);

II - No Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 5.420.200,00 (cinco milhões quatrocentos e vinte mil e duzentos reais);

Art. 5º A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

GRUPO DE DESPESA	CLASSIFICAÇÃO	RECURSOS LIVRES	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL R\$
DESPESAS CORRENTES	3.0.00.00.00.00	19.505.650,00	6.894.304,00	26.399.954,00
Pessoal e Encargos Sociais - exceto modalidade "91"	3.1.00.00.00.00	9.189.200,00	5.006.964,00	14.196.164,00
Juros e Encargos da Dívida - exceto modalidade "91"	3.2.00.00.00.00	720.000,00	0,00	720.000,00

Juros e Encargos da Dívida - Operações Intraorçamentárias	3.2.91.00.00.00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes - exceto modalidade "91"	3.3.00.00.00.00	9.596.450,00	1.887.340,00	11.483.790,00
Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias	3.3.91.00.00.00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.0.00.00.00.00	1.206.500,00	210.200,00	1.416.700,00
Investimentos - exceto modalidade "91"	4.4.00.00.00.00	591.000,00	60.200,00	651.200,00
Investimentos - Op.Intraorçamentárias	4.4.91.00.00.00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras - exceto modalidade "91"	4.5.00.00.00.00	3.500,00	150.000,00	0,00
Inversões Financeiras - Op.Intraorçamentárias.	4.5.91.00.00.00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida - exceto modalidade "91"	4.6.00.00.00.00	612.000,00	0,00	612.000,00
Amortização da Dívida - Op.Intraorçamentárias.	4.6.91.00.00.00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	99.999.9999	660.336,00	0,00	660.336,00
Reserva de Contingência do RPPS	99.997.9999	0,00	2.057.500,00	2.057.500,00
TOTAL		21.372.486,00	9.162.004,00	30.534.490,00

Art. 6º Integram esta Lei, nos termos do art. 7 da Lei Municipal nº 1854/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2025, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III

Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Ficam autorizados:

I - Ao poder executivo mediante decreto a abertura de créditos suplementares até o limite de 12,5% (doze e meio por cento) da despesa total fixada compreendendo as operações intraorçamentárias com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias mediante a utilização de recursos proveniente de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) Incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior efetivamente apurados em balanço;
- c) Excesso de arrecadação a ser apurado nos termos do art. 43, § 3 da lei federal nº 4.320/1964 obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

II - Ao poder legislativo mediante resolução da mesa diretora da câmara a abertura de créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento). de sua despesa total fixada compreendendo as operações intra orçamentárias com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de suas dotações.

Parágrafo único. As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

Art. 8º Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

I - de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 - Juros Sobre a Dívida por Contratos, 22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato, 71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado e 91 - Sentenças Judiciais;

III - dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

IV - Transferências especiais da União.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências

voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025.

Art. 10. Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11. O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12. Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no inciso art. 1º., da Lei Municipal Nº 1854 /2024 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 em conformidade com o disposto no art. 2º., §§ 1º e 2º da referida Lei.

Parágrafo único. Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º., § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado pela metodologia acima da linha e resultado nominal apurado pela metodologia abaixo da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13. O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ, RS, EM 26 DE DEZEMBRO DE 2024.

LEOCIR WEISS
Prefeito Municipal

:

Vicente Luiz Pisoni
Secretaria de Administração e Finanças

Download do documento